

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE MARIALVA, ESTADO DO PARANA.

FUNÇÃO: JUIZ LEIGO REMUNERADO

1) Em relação aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) A parte ré deverá fornecer ao Juizado Especial da Fazenda Pública a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.
- b) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública em quaisquer hipóteses.
- c) Ao presidir a instrução do processo o juiz poderá dispensar novos depoimentos, se entender suficientes para o julgamento da causa os esclarecimentos já constantes dos autos, e não houver impugnação das partes.
- d) A instrução, quando dirigida por juiz leigo, é sempre feita sob a supervisão de juiz togado.
- e) Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante todos os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados em território nacional, enquanto no desempenho de suas funções.

2) Assinale a alternativa correta:

- a) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados preferencialmente entre os bacharéis em direito, sem necessidade de experiência jurídica;
- b) Os juízes leigos e os conciliadores serão designados pelo Supervisor-Geral do Sistema de Juizados Especiais para exercerem suas funções pelo prazo de 4 (quatro) anos, permitida a recondução de forma limitada.
- c) A revogação da portaria de designação dos conciliadores e dos juízes leigos será efetuada: a pedido do designado; II – a pedido do Juiz Supervisor da unidade, independentemente de motivação; III – em decorrência de falta funcional.
- d) É possível a cumulação das funções de juiz leigo e de conciliador, ambas remuneradas.

- e) São atribuições do juiz leigo: presidir as audiências de conciliação; presidir audiências de instrução e julgamento, podendo, inclusive, colher provas; proferir parecer, em matéria de competência dos Juizados Especiais Criminais, a ser submetido ao Juiz Supervisor da unidade de Juizado Especial onde exerça suas funções, para homologação por sentença.

3) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos juizados especiais são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de recurso extraordinário.
- b) Aplica-se ao Juizado Especial as disposições do artigo 475-J do Código de Processo Civil; que preconiza a incidência de multa de 10% sobre o valor da condenação em caso de não pagamento espontâneo do débito em 15 dias;
- c) O preposto que comparece sem carta de preposição, obriga-se a apresentá-la no prazo que for assinado, para validade de eventual acordo, sob as penas dos artigos 20 e 51, I, da Lei nº 9099/95, conforme o caso;
- d) A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê na audiência de instrução e julgamento;
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

4) Assinale a alternativa correta:

- a) A disponibilização e cobrança por serviços não solicitados pelo usuário caracteriza prática abusiva, comportando indenização por dano moral e, se tiver havido pagamento, restituição em dobro, invertendo-se o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, visto que não se pode impor ao consumidor a prova de fato negativo.
- b) Havendo bens para garantia do crédito exequendo, é possível a penhora de conta-salário até o limite de 30%;
- c) Para a interposição de recurso nominado deverá o recorrente efetuar o preparo recursal e as despesas processuais dispensadas em primeiro grau, não sendo aplicável ao caso a Lei de Assistência Judiciária;
- d) É vedado ao Juiz leigo determinar de ofício a requisição de documentos em poder de qualquer das partes ou terceiro, bem como requisitar de ofício informações junto à Receita Federal e ao Banco Central;

e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

5) Assinale a alternativa correta:

- a) O Juizado Especial cível Estadual é competente para processar e julgar causas cujo valor não ultrapasse 60 salários mínimos;
- b) É permitida a intervenção de terceiros no Juizado Especial Cível Estadual, inclusive a fundada em contrato de seguro;
- c) É vedada a intervenção do Ministério Público nas ações em curso no Juizado Especial Cível;
- d) As intimações dos advogados das partes serão realizadas mediante publicação no Diário da Justiça, salvo nos casos de determinação judicial em contrário.

e) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

6) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A demora ou a não entrega do produto adquirido pela internet acarreta, em regra, dano moral;
- b) O valor dos danos morais deve ser arbitrado em reais, sendo vedada a sua vinculação ao salário mínimo, e os juros de mora dos danos morais arbitrados na sentença são contados a partir da citação;
- c) O recurso inominado não será julgado deserto por ausência de recolhimento de despesas processuais cuja apuração dependia de cota nos autos;
- d) Nas ações derivadas de acidentes de trânsito a demanda poderá ser ajuizada contra a seguradora, isolada ou conjuntamente com os demais coobrigados;
- e) Inexistindo interesse de incapazes, o Espólio pode ser autor nos Juizados Especiais Cíveis.

7) Assinale a alternativa correta:

- a) O Juiz Leigo, caso verifique a presença de alguma das hipóteses elencadas no artigo 51 da Lei n. 9099/95, poderá extinguir o feito sem necessidade de submeter sua decisão à homologação do Juiz Togado;
- b) Emanuel, com 16 anos, pode propor ação perante o Juizado especial Cível, desde que representado por seus genitores;

- c) Marialva é comarca de entrância inicial, composta pelo Município sede e pelos distritos de Aquidaban e Itambé;
- d) Nas causas de valor até 20 salários mínimos a assistência por advogado é facultativa, podendo a parte autora, pessoa física, ser representada em audiência por procurador ou preposto, não sendo exigido o seu comparecimento pessoal.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

8) O Juizado especial Cível possui competência para julgar causas em que a Caixa Econômica Federal figure no pólo passivo? Fundamente.

9) Há possibilidade de realização de prova pericial nos moldes dos artigos 420 e 421, ambos do CPC no Juizado Especial Cível? Fundamente.

10) Discorra sobre a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, fazendo menção se houve ou não limitação da competência no Estado do Paraná, indicando os fundamentos jurídicos.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.